

# A economia política da urbanização contemporânea\*

The political economy of contemporary urbanization

Ricardo Carlos Gaspar

## Resumo

O rápido curso da urbanização e das mudanças tecnológicas ocorridas ao longo das últimas décadas está criando uma nova geografia de poder no mundo, em que as grandes cidades e regiões ganham crescente importância. O artigo examina essas transformações e postula que a atenção nos espaços urbanos requer abordagens regionais e o entendimento da economia política global, a qual não destitui os Estados nacionais da condição de atores políticos relevantes. Apesar de todas as transformações, eles permanecem – atualmente, entre outros agentes políticos – suportes fundamentais para operacionalizar e coordenar esforços de desenvolvimento em uma perspectiva multiescalar, capaz de conferir sustentabilidade às estratégias de crescimento local. A metrópole de São Paulo é tratada como caso de estudo, devido a suas especificidades.

**Palavras-chave:** cidades globais; economia política da urbanização; escalas espaciais; novas morfologias urbanas; políticas de desenvolvimento urbano-regionais.

## Abstract

*The rapid pace of urbanization and technological change that have occurred throughout the last few decades is creating a new geography of power in the world, in which large cities and regions gain increasing importance. This article examines these transformations, and postulates that the focus on urban spaces requires regional approaches and the understanding of global political economics, which does not oust national states as relevant political actors. Despite all the transformations, they remain – currently among other political stakeholders – a fundamental support to implement and co-ordinate development efforts, in a multi-scale perspective, capable of conferring sustainability on local growth strategies. The metropolis of São Paulo is taken as a case study, due to its specificities.*

**Keywords:** global cities; political economy of urbanization; spatial scales; new urban morphologies; urban-regional development policies.

*Hard to find a way  
To get through another city day  
Without thinking about  
Getting out  
David Crosby, "Traction in the rain"*

## Introdução

A economia mundial contemporânea apresenta características que a distinguem sobremaneira das suas expressões correntes ao longo de boa parte do século XX. Em todos os planos da realidade as mudanças sobressaem: na organização do trabalho, na tecnologia, na atuação do Estado, nas finanças, na cultura e na estrutura social as demarcações são nítidas e contrapõem padrões de comportamento radicalmente distintos em relação aos que vigoravam até a entrada do último quarto do século XX. Na esfera da geografia econômica não é diferente: novas escalas, territorialidades, sobreposição de competências, a globalização e, não menos importante, o papel das cidades, em particular dos espaços metropolitanos, que assumem significados distintos. Estes exigem novas pautas interpretativas capazes de lidar com os desafios colocados às políticas e estratégias de cunho transformador, pois práticas efetivas só ganham consistência quando respaldadas em construções teóricas adequadas, abertas à constante renovação.

O presente artigo pretende contribuir nesse esforço analítico, centrando-se no objetivo principal de caracterizar a condição dos grandes aglomerados urbanos (as metrópoles e "macrometrópoles") da atualidade como detentores de uma dupla polaridade: por um lado, a de agentes diferenciados do crescimento

econômico global e, por outro, a de lócus das agudas contradições e conflitos do modelo societário vigente.

Faz parte desse mesmo esforço de entendimento a tentativa de estabelecer os parâmetros principais da economia capitalista contemporânea, por intermédio de sua manifestação nos espaços metropolitanos. Estes carregam em si uma ampla gama das "positividades" e "negatividades" de nossa época. Por extensão, conectar essas mudanças com suas dimensões propriamente espaciais (sobretudo urbanas) permite desvendar os vínculos entre a economia e a geografia, os quais nunca deixaram de existir (embora menosprezados e amiúde olvidados pelos economistas) e, ao contrário, reforçam-se nos tempos atuais. Expressar as novas escalas espaciais da globalização possibilita, por fim, destacar seu caráter intimamente relacional, cuja dinâmica também caracteriza a moderna economia de mercado.

Depois dessa introdução, a seção 1 aborda sumariamente as características da economia global contemporânea, o avanço da urbanização e o papel das grandes cidades no comando das decisões estratégicas mundiais. A seguir, estabelecemos vínculos entre a configuração econômica oriunda de vetores transnacionais e seus correlatos espaciais, ou seja, a nova morfologia urbana. Na seção 3 discutimos os problemas envolvidos na primazia metropolitana sobre os processos demográficos,

políticos e econômicos globais, e encerramos, antes das Considerações Finais, com um breve retrospecto da evolução urbana e regional do Brasil nas últimas décadas, da renovada centralidade da Região Metropolitana de São Paulo nessa dinâmica e dos desafios daí oriundos para o desenvolvimento equilibrado do país. É importante destacar que a cidade de São Paulo, implicitamente, situa-se como referência da análise, na qualidade de microcosmo privilegiado do capitalismo atual e suas contradições sistêmicas.

## A economia global e as cidades

*[...] processes such as urbanization can be more fully understood by beginning to examine the many ways in which they articulate with the broader currents of the world-economy that penetrate spatial barriers, transcend limited time boundaries and influence social relations at many different levels. (Timberlake, 1985, p. 3)*

A economia mundial passou por intensos abalos ao longo de todo o século XX. Após os acontecimentos dramáticos correspondentes à Primeira (1914-18) e à Segunda (1937-45) Guerra Mundial, intercaladas pela Grande Depressão de 1930, as nações vivenciaram uma espécie de esgotamento das fórmulas liberais que marcaram a conduta econômica até então. Em seguida às décadas de crise, vêm à luz novas teorias associadas a reformas do sistema econômico – como é o caso da prioridade à demanda efetiva, o papel do Estado e dos

investimentos públicos, o controle do sistema financeiro, as metas de estabilidade da moeda, a ênfase no pleno emprego –, e triunfam movimentos políticos que levaram à descolonização de imensas porções do planeta, como também às revoluções socialistas, cujo pioneirismo coube à Rússia, já em 1917. A partir daí, as políticas desenvolvimentistas, de distinto teor, deram o tom em todos os quadrantes do planeta.

Após a Segunda Guerra Mundial existia a convicção generalizada de que o mundo não podia continuar como estava: reformas e revoluções se multiplicaram em toda a parte. Decorreram dessas mudanças, por um lado, a emergência de um capitalismo regulado, com forte intervenção estatal e um extenso aparato público de seguridade social; por outro, experiências de diversos graus de radicalismo, mas todas calcadas no nacionalismo modernizador, de cunho industrializante e sob comando dos respectivos Estados nacionais.

Seja em função da crise do *laissez-faire*, da base econômica deprimida das nações exauridas pelos prejuízos da guerra ou do viés marcadamente expansionista das políticas de fomento da demanda efetiva e dos planos arrojados de desenvolvimento nacional e de construção socialista nos países do terceiro mundo – ou melhor, da conjunção de todos esses fatores –, a totalidade das nações experimentou taxas expressivas de crescimento entre a metade da década de quarenta e o início dos anos setenta do século passado.

Na medida em que os países capitalistas ricos (em especial, os EUA) continuaram, ao longo desse período, ditando as regras do modelo econômico-tecnológico vigente em todo o planeta, o início do esgotamento desse padrão de crescimento hegemônico, na segunda metade

dos anos 1960 e com epicentro nos países capitalistas centrais, afetou, em maior ou menor medida, todos os países do globo. Essa crise foi gerada pela conjugação de diversos fatores, entre os quais o progressivo estreitamento das margens de lucro empresariais, em função da saturação dos mercados, do aumento dos custos salariais e da elevação no valor das matérias primas, da resultante queda nos investimentos, da redução das receitas públicas – tornando cada dia mais difícil a manutenção de programas sociais e do nível de gastos estatais –, como também pela diminuição da importância econômica e política dos EUA no mundo.

Abre-se então um período de intensas mudanças, que acabam por atingir o mundo inteiro e reconfigurar a geopolítica e a geoeconomia global. O que ressalta do conjunto de alterações que o mundo vivenciou a partir do último quarto de século passado é a nova disposição territorial das equações de poder nelas envolvida. Isto é, a globalização trouxe consigo uma alteração muito profunda nas escalas geográficas e na relação entre elas. Assim como hoje as estritas demarcações entre setores econômicos ficam prejudicadas pelas imbricações recíprocas da indústria nos serviços e vice-versa, do mesmo modo que pela interpenetração de ambos na moderna atividade agropastoril, também as fronteiras que separam o local do regional, e destes para o nacional e o global, são inapelavelmente modificadas. Eu digo modificadas e não eliminadas, como querem fazer crer devaneios pós-modernos em voga.

Qual a implicação disso para nossas vidas? São inúmeras, e enfatizamos aqui algumas delas: a financeirização cortou o estreito vínculo existente, nas décadas do pós-guerra, entre o aparato financeiro e a economia real,

produtiva. Isto, por sua vez, reforçou e foi reforçado pelas políticas neoliberais de abertura, desregulamentação e privatização. Caem os índices de crescimento econômico. Ampliam-se os hiatos de renda, no interior e entre as nações. Recuam as políticas públicas e redistributivas, erguem-se ao primeiro plano medidas estatais de concessão de privilégios empresariais e prioridade aos mecanismos de mercado. Por sua vez, as novas tecnologias de informação e comunicação permitiram a multiplicação sem precedentes da economia de fluxos, da maleabilidade e das mudanças organizacionais nos ambientes de trabalho. “O jogo e a especulação se tornaram sistêmicos, e não apenas um momento dos ‘ciclos’” (Braga, 1999, p. 227). O espaço geográfico – produto do labor humano – rebate e expressa imediatamente essas transformações estruturais, potencializando comportamentos individualistas, fruto da intensa competição entre os mercados. Tais mudanças vinculam-se às seguintes condições gerais:

1. Novas geografias da produção industrial, transformando a base econômica subjacente à formação societária em cidades tradicionais;
2. Uma estrutura urbana de empregos favorável a profissionais qualificados e adaptáveis, dependente de elevados graus de flexibilidade em todos os níveis da hierarquia ocupacional;
3. Alta polarização, na medida em que os antigos trabalhadores de colarinho azul têm seu número e importância drasticamente comprimidos e a cidade encontra-se tensionada entre agudos contrastes de privilégios e devastação, e
4. Ênfase incremental nos atributos imateriais da forma mercadoria, isto é, no valor simbólico gerado pela diferenciação estética (Lloyd, 2007, p. 22).

Por sua vez, a atual globalização impõe sensíveis alterações na configuração dos Estados: “as mais antigas hierarquias de escala constituídas como parte do desenvolvimento dos Estados-nação continuam a operar, mas elas o fazem em um campo muito menos exclusivo face ao que vigorou no passado recente” (Sassen, 2007a, p. 6). As relações de poder apresentam uma natureza compósita, agregando novos atores, interferindo em múltiplas escalas territoriais, de maneira muitas vezes simultânea e superposta. Todavia, os Estados nacionais, em geral, continuam a reter um importante grau de autonomia política, a despeito da elevada volatilidade financeira que marca a economia mundial desde a década de 1990. Às esferas de poder territorial, centradas no Estado-nação, competem papéis decisivos na governabilidade, de natureza heterogênea e múltipla. Desse modo, a continuidade “da importância das instituições espacialmente reconfiguradas do Estado nacional, como principais animadoras e mediadoras da reestruturação político-econômica em todas as escalas geográficas” (Brenner, 2004, p. 4), opera em bases radicalmente alteradas. Na trilha dessa reconfiguração espacial, novas instâncias de poder assumem protagonismo, por limitado que este seja. Grandes cidades, submetidas a intensos processos de reestruturação produtiva, passam a compor esse mosaico geopolítico global. As emergentes geografias que articulam distintas cidades do globo entre si funcionam como uma infraestrutura da globalização: elas urbanizam as redes de fluxos globais, compreendendo múltiplos e diversos circuitos (Sassen, 2010, pp. 28-29).

Um dos aspectos mais relevantes das mudanças espaciais em curso reside

precisamente nas tendências da urbanização mundial. Embora a revolução urbana date de milhares de anos, até meados do século XVII a esmagadora maioria das pessoas trabalhava e vivia no campo. Só a partir de então a urbanização em massa, seguindo os passos da rápida industrialização, alterou significativamente esse perfil. Agora, atravessamos outro limiar de profundas consequências para a humanidade. De acordo com o Fundo de População das Nações Unidas, a população mundial saltará de 6,61 bilhões em 2007 para 9,07 bilhões em 2050 (UNFPA, 2007). Dramáticos deslocamentos migratórios lhe são subjacentes. A taxa média de incremento anual – de 1,1% para o conjunto do planeta entre 2005 e 2010 – registrará 2% para a população urbana, majoritariamente concentrada nas grandes metrópoles globais. Tal incremento será de 0,5% ao ano nos países mais ricos, 2,5% nas regiões em desenvolvimento e 4,0% nos países menos desenvolvidos. Os habitantes das grandes cidades de nações africanas e asiáticas dobrarão seu volume entre 2007 e 2030.

Os dados das Nações Unidas sobre os rumos da urbanização global demonstram que em 2008, pela primeira vez na história, mais de 50% da população do planeta viverá em áreas urbanas, a maioria em países em desenvolvimento. De acordo com as projeções, as áreas urbanas das regiões menos desenvolvidas responderão por 93% do crescimento habitacional do globo nos próximos 30 anos, 80% dele na Ásia e África. Em 2050, a população urbana do mundo em desenvolvimento será de 5,3 bilhões; a Ásia sozinha responderá por 63% desse total, ou 3,3 bilhões de pessoas, enquanto a África, com um volume de 1,2 bilhões de habitantes vivendo em cidades, acolherá perto

de um quarto da população urbana global (UN-Habitat, 2008, p. xi).

As transformações relatadas estão, desse modo, associadas a profundas reconfigurações espaciais, dando curso a uma distinta geografia econômica no mundo. Como toda mudança – e, acima de tudo, aquelas vinculadas ao espaço geográfico e ao ambiente construído –, também aqui se superpõem distintas épocas e paradigmas, mas a tendência é inequívoca: a maneira pela qual se estruturava o mundo até bem próximo ao final do século XX dá lugar a um novo mosaico de poder, compósito e fragmentado. Por conta desse quadro, as realidades urbanas apresentam-se mais heterogêneas, articulando distintos espaços pelas vias materiais e imateriais, ampliando seu alcance e imprimindo novos desafios a sua governabilidade. Disso trataremos a seguir.

## Nova morfologia urbana

*Abstracting from the location of real events and social relations removes an entire dimension of political relationality.*  
(Low e Smith, 2006, p. 7)

As mudanças e os impactos associados genericamente à globalização, no entanto vinculáveis mais concretamente à presente fase técnico-científica de expansão do capitalismo, não poderiam deixar de imprimir suas marcas no espaço. De igual maneira, mediante sua interação dialética com as heranças do ambiente construído e da natureza em constante transformação pelo homem, tais atributos espaciais irão condicionar o próprio desdobramento do

padrão econômico vigente no planeta. O desenvolvimento desigual no interior e na relação entre as distintas escalas geográficas é, assim, constantemente reproduzido:

A diminuição geral nos custos de transporte de nenhuma forma rompe o significado da divisão territorial e das especializações do trabalho. (...) A redução das fricções de distância faz o capital mais (e não menos) sensível às variações geográficas. O efeito combinado do comércio mais livre e da redução dos custos de transporte não é a maior igualdade de poder por meio da divisão do trabalho em curso, mas crescentes iniquidades geográficas. (Harvey, 2006a, pp. 100-101)

As estruturas espaciais não equivalem a objetos locais passivos. Eles são, sim, sinônimos de espaço humano, espaço vital, ambiente construído, embora sua autonomia, face às outras estruturas sociais, seja relativa (Santos, 2005, p. 45). “O espaço geográfico é sempre o domínio do concreto e do específico”, assevera Harvey (2006b, p. 145). O espaço constitui, historicamente, elemento integrante dos ciclos de acumulação do capital e válvula de escape às suas crises periódicas, não obstante o fato de também expressar os limites e as contradições inerentes ao sistema (Smith, 2008, p. 177), pois a economia e as configurações territoriais interagem reciprocamente. Já as implicações dos fenômenos econômicos globais afetam mais especificamente os espaços urbanos, pois é deles que partem os principais fluxos que alimentam as cadeias produtivas, financeiras, políticas e culturais do mundo. As economias de aglomeração continuam fazendo a diferença, a proximidade ainda importa – e muito; porém, a forma e o conteúdo dessa

proximidade se alteraram sobremaneira (Combes et.al., 2008, p. 20). Os impactos territoriais da economia mundial se desdobram em duas manifestações correlatas: aquelas que atuam no plano intraurbano e aquelas que se expressam no espaço regional em torno das metrópoles e dos centros urbanos direcionais de distinto porte.

O primeiro desses fenômenos tem sido estudado por diversos autores: destacamos aqui, pela originalidade e difusão de suas idéias, os trabalhos de Saskia Sassen (2001; 2006; 2007b). Para ela, as cidades globais se caracterizam por concentrar os setores mais dinâmicos da economia mundial contemporânea, os modernos serviços produtivos e financeiros. As demandas desse complexo de serviços altamente qualificados e globalmente conectados impõem requisitos compulsórios ao espaço urbano, em termos de transporte, comunicações, apoio governamental, suprimento de mão de obra, educação, saúde, centros de consumo, cultura e entretenimento, para apoio logístico às suas atividades e ao seu corpo de profissionais de alta remuneração. Simultaneamente, suas necessidades fazem surgir uma oferta de trabalho de baixa qualificação para suprir os postos de trabalho precários, terceirizados, com baixa ou nenhuma proteção social, que servem aquelas empresas e suas atividades ancilares. Por fim, esse núcleo estratégico da cidade global abre espaço para uma gama de profissionais de classe média que atua nos interstícios dos setores hegemônicos, de forma autônoma ou organizada em pequenas empresas. Essa mesma correlação verifica-se nas classes pobres, cujos profissionais, autônomos ou em pequenos empreendimentos, optam pela via

da informalidade (quando não da aberta ilegalidade) para garantir a sobrevivência.

Embora Sassen limite a ocorrência desses fenômenos às chamadas cidades globais – isto é, poucas dezenas de centros urbanos espalhados pelo mundo que preenchem requisitos não muito claros que os diferenciam dos demais, e cujas máximas expressões são Nova Iorque, Londres e Tóquio –, constatamos facilmente que tais atributos se verificam, em maior ou menor grau, em todas as principais cidades do mundo conectadas aos fluxos econômicos hegemônicos. E mesmo em centros regionais de segunda ordem, com esferas de comando mais restritas, pois representam o surgimento de uma nova elite. De todo modo, as correlações que se podem estabelecer entre a caracterização desse novo quadro econômico e suas manifestações espaciais urbanas permitem detectar precisamente os contornos de uma realidade cidadina bastante diferenciada em relação aos parâmetros anteriormente consagrados da morfologia urbana, em especial daqueles típicos do padrão fordista de industrialização.

O segundo fenômeno diz respeito mais especificamente à nova morfologia urbana, e o uso (e abuso) de terminologias tais como cidades-regiões, megalópoles, megacidades, exópolis, entre outras, atesta o fato. Ele consiste na evidência de que as mudanças econômicas globais ocorridas após-1970 e sua gravitação no espaço urbano das grandes cidades extrapolaram as escalas locais e requerem abordagem mais abrangente. Tanto na esfera do trabalho, da habitação, do transporte, da infraestrutura, dos complexos industriais e de serviços, na cultura e no imaginário social, as cidades-polo da atualidade articulam amplas malhas urbanas e meios rurais tributários (estes também

profundamente “urbanizados”), apresentam disposição físico-espacial multicêntrica, assim como recebem e emitem ordenações e sinais não apenas de seus entornos regionais e nacionais, mas sobretudo (em determinados setores) de suas conexões globais (Scott et. al., 2001; Keating, 2001; Gaspar, 2009). Semelhantes configurações urbanas estão se tornando as novas impulsionadoras da economia, nos âmbitos regionais e global (UN-Habitat, 2010, p. 8). A crescente diferenciação das práticas sociais e dos espaços urbanos torna obsoletas as normatizações funcionalistas e as especializações espaciais do urbanismo tradicional, confrontado com a complexidade da cidade em redes, num contexto de incerteza estrutural (Ascher, 2010, p. 85). A expressão estilística e ideológica desse fenômeno nas cidades está retratada no pós-modernismo, de caráter marcadamente eclético e cujas manifestações arquitetônicas traduzem, no “fascínio pelas superfícies”, a prevalência do capital simbólico e da revigorada força do mercado (Harvey, 1996, pp. 1-4).

Nos tempos atuais, “O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, espaços onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano” (Santos, 2008, p. 103). A disseminação do fato urbano assume novas dimensões. Uma investigadora brasileira se referiu à tendência na direção da urbanização regionalizada como “processo de metropolização do espaço”, o qual expande para amplos territórios características até então exclusivas das áreas metropolitanas (Lencioni, 2004).

A geração de valor, na moderna economia globalizada, não se limita apenas às fábricas ou às unidades produtoras de serviços

diversos. Com a terceirização crescente dos serviços, tanto no circuito superior da economia quanto no inferior, a cidade se transforma cada vez mais em espaço produtivo. E não somente no aspecto econômico, como também no cultural, estético e simbólico, dimensões às quais o atual modelo de acumulação de capital está profundamente imbricado. A coletividade caracteriza-se pela maior individualização e diversificação das relações sociais. A mercantilização se dissemina. Assim, o espaço urbano propriamente dito torna-se alvo de investimentos os mais diversos, o que aumenta a importância das externalidades de toda a ordem, associadas a processos não raro maciços de deslocamento de atividades e pessoas (Sassen, 2010).

Por seu turno, em tempos de mudança climática do planeta, indagar acerca da contribuição das cidades para reduzir a emissão de gases de efeito estufa exige incorporar regiões conurbadas e hierarquizadas à abordagem contemporânea da temática urbana. Não faz mais sentido a antiga polarização entre cidades e seus *hinterlands*. O espaço é relacional. Hoje, grandes cidades expandem suas fronteiras políticas e econômicas, constituindo vastos complexos territoriais e entroncamentos de redes transfronteiriças, de caráter difuso, articuladas e integradas ao redor de polos hegemônicos.

Em síntese, o atual sistema-mundo provoca “uma reestruturação multiescalar das configurações socioespaciais capitalistas”, conduzindo “para geografias qualitativamente novas de acumulação de capital, regulação estatal e desenvolvimento desigual” (Brenner, 2004, p. 64; 2009). As metrópoles de projeção regional constituem peças fundamentais dessa geografia econômica global.



## A primazia metropolitana e seus problemas

Também aqui não se entendem as partes sem o entendimento do todo, e esse entendimento do todo urbano passa, hoje, pela economia política. (Santos, 2009, p. 115)

Um dos importantes corolários da hegemonia dos mercados financeiros nas maiores cidades do planeta se dá pela via da compra e venda de imóveis de luxo. A propriedade imobiliária de torres de escritórios de empresas de serviços de ponta, sedes administrativas de corporações transnacionais, parques temáticos, complexos aeroportuários, hotéis de poderosas cadeias internacionais, *shopping centers*, equipamentos culturais de luxo, a construção de edifícios residenciais de alto padrão e de condomínios fechados se torna a bola da vez dos incorporadores imobiliários. Grandes projetos urbanos, com dinheiro público, lhes abrem terreno. Esse comportamento, aliado ao movimento dos proprietários da terra, eleva às alturas os valores do solo urbano e a especulação imobiliária desloca imensas porções da população de renda média ou baixa de bairros tradicionais e agrava o fenômeno da dispersão metropolitana. Cidades dos mais variados níveis de desenvolvimento socioeconômico e em qualquer continente vivenciam essa realidade. Em algumas, os contrastes são mais chocantes – como em Mumbai ou Lagos, por exemplo, com a favelização alarmante. Em todas, sem exceção, ampliam-se os níveis de criminalidade e exclusão.

Reconhecemos que o preço da terra urbana se forma não somente pela apropriação dos melhores terrenos pelos empresários

imobiliários e a consequente elevação da renda do solo: o sistema da renda fundiária atua, sim, pelo menos no nível elementar de determinação dos valores do solo. No entanto, um complexo jogo de convenções de mercado configura, no final do percurso, as decisões de localização e a produção residencial. Nesse processo, os preços se estabelecem com base em expectativas de mercado futuro – a formação de novas externalidades de vizinhança. Successivos encadeamentos de decisões de compradores e vendedores de imóveis, assim como sua sanção monetária (o crédito), permitem a materialização – ou não – dos projetos de edificação imobiliária, desvalorizando o estoque habitacional existente e valorizando as áreas hospedeiras dos projetos inovadores. Assim, a incerteza dá o tom e constitui a marca desse mercado, sobretudo especulativo (Abramo, 2007). As maiores crises financeiras internacionais recentes – aquela iniciada em algumas das mais importantes metrópoles asiáticas, em meados dos noventa, e a desencadeada pela crise do mercado hipotecário americano, em 2008 – originaram-se de intensos movimentos de preços no mercado imobiliário urbano, que terminaram com a explosão das bolhas especulativas e seu imediato contágio universal.

O desenvolvimento do mercado imobiliário revela convergência entre grandes centros urbanos, criando padrões internacionais de estilos arquitetônicos e atraindo volumosa quantidade de capital externo. Tais componentes ganham corpo no contexto de “uma mudança de longo prazo na natureza da propriedade fundiária, do que poderíamos chamar ‘propriedade industrial do solo’ (quando a terra é possuída como condição para outra produção) para a ‘propriedade financeira do solo’, quando

a propriedade fundiária é ela mesma um meio de extrair renda” (Massey, 2007, p. 48).

Sassen identifica precisamente o núcleo irradiador das novas dinâmicas urbanas: o setor de serviços produtivos e financeiros, altamente especializado e globalmente conectado. Mesmo que sua localização espacial ocupe uma pequena dimensão territorial, é daqui que emanam os padrões contemporâneos de estruturação social e produção do espaço. A polarização social, a segregação socioespacial, a dominação financeira da economia e os parâmetros comportamentais nele encontram sua referência central. A importância do modelo de cidades globais reside precisamente no argumento, bastante convincente, de que “as capacidades para a operação, coordenação e controle globais, contidas nas novas tecnologias de informação e no poderio das corporações transnacionais, precisam ser produzidas”, e que o “foco na produção dessas capacidades desvia a ênfase na direção das práticas constitutivas do que chamamos globalização econômica e controle global” (Sassen, 2001, p. xxii). Semelhante constatação traz para o centro da cena questões envolvendo processos de trabalho, padrões culturais e conflitos políticos.

Por seu turno, as metrópoles não constituem mais sistemas autocentrados, que mantêm relações estáveis com seu entorno geográfico e seguem parâmetros de uso e ocupação do solo típicos da cidade industrial fordista. Hoje, ao contrário – embora superpondo sua nova roupagem às antigas configurações do ambiente construído –, ela se torna um poderoso entrecruzamento (nodo) de redes múltiplas, policêntricas, redes transfronteiriças de caráter difuso, articuladas e integradas ao redor de certos polos hegemônicos (Mattos, 2008).

Doreen Massey enfatiza o posicionamento das cidades no contexto dos fluxos multiescalares e o sentido político dessa relação:

Se o espaço é conceituado de forma relacional, como o produto de práticas e fluxos, engajamentos, conexões e desconexões, como o resultado – em constante reformulação – de relações sociais mutantes, então as localidades são entrecruzamentos específicos, articulações, no interior de geometrias de poder mais vastas. (2007, p. 167)

O entendimento da questão urbana como intrinsecamente relacional, dinâmica, articuladora de distintas escalas e jamais presa exclusivamente à problemática local ou regional encontra sua riqueza maior na constatação de que o urbano representa a mediação principal para o conhecimento crítico do mundo atual (Kipfer, 2009, p. 71).

A excessiva centralização metropolitana, tendo como esteio a hierarquia das informações, se por um lado as faz motores do crescimento econômico – renovando seu papel polarizador tradicional –, por outro reforça as mazelas associadas a essa condição, quais sejam, os desequilíbrios regionais de toda ordem, a contaminação ambiental, a dependência do automóvel, o inchaço periférico.

Os organismos internacionais que mais ênfase dedicam à questão urbana (as Nações Unidas, seu organismo especializado nos assentamentos humanos, o UN-Habitat, o Banco Mundial) estão longe de adequar seu diagnóstico e proposições a essa realidade macros espacial, concentrando-se, pelo contrário, em anacrônicos chamados à boa governança urbana e suas *best practices*, face aos pretensamente incontornáveis ditames da

nova ordem global. Esfumam-se as instâncias intermediárias, em particular a escala nacional. A resposta a problemas dessa natureza só pode encontrar soluções, repetimos, em marcos políticos mais amplos, que necessariamente contemplem a ação conjugada de planos e políticas metropolitanas, regionais e nacionais, conduzidas pela esfera pública. Essa postura colide com a centralização econômica e espacial que o capitalismo produz e alimenta. É sabido que a centralização social do capital produz e requer uma determinada centralização espacial desse mesmo capital (Smith, 2008, p. 164). Por seu turno, a orientação do progresso tecnológico possui íntima conexão com o sistema de dominação social, cujo principal função é assegurar a apropriação do excedente (Furtado, 2008, p. 43). A concentração de recursos e de poder nos aglomerados metropolitanos globais nada mais é que a correlação espacial do poder econômico concentrado, próprio do mundo corporativo (Sassen, 2007b, pp. 138-139): um é a expressão geográfica do outro.

Como ressaltou Krugmann (1991, p. 5 e 98), a mais notável característica da geografia da atividade econômica é sua concentração no espaço, devido aos custos de transação e às economias de escala. Contudo, esse processo está intimamente relacionado à expansão do capitalismo. Nesse sentido, o espaço urbano é capitalizado enquanto espaço de produção – quando, em outras épocas, a organização do mercado ou motivações religiosas, ou de defesa justificavam o fortalecimento da cidade; é na escala urbana onde a centralização do capital encontra sua mais cabal manifestação geográfica (Smith, 2008, pp. 181-182).

Havia a presunção de que a diminuição dos custos de transporte levaria à maior

flexibilidade na escolha locacional, assim permitindo o desenvolvimento da periferia. De fato, o que ocorreu foi o oposto: o progressivo desaparecimento dos tradicionais fatores de localização criou as condições para que novas condições prevalecessem, levando as firmas a se congregarem em regiões que não oferecem vantagens comparativas naturais. Em outras palavras, “embora as firmas sejam livres de optar pela melhor localização, elas gradualmente perdem sua maleabilidade uma vez que os efeitos das novas forças de aglomeração associados aos retornos crescentes entram em jogo” (Combes et. al., 2008, p. 247). O quadro institucional capaz de permitir a apropriação do excedente e a estabilização de estruturas desiguais de poder depende hoje, fundamentalmente, do controle da informação e do condicionamento da criatividade (Furtado, 2008, p. 44).

Se as economias de aglomeração continuam a ser um decisivo fator locacional, criando ambientes inovadores e competitivos, elas também produzem sua contrapartida, as chamadas “deseconomias de aglomeração”, as quais derivam não somente do tamanho da mancha urbana e suas características morfológicas (de difícil mensuração, isto é, é matéria de infundável controvérsia definir o tamanho “ótimo” da cidade), mas do contexto macroeconômico e político em que elas estão inseridas. Trocando em miúdos: as metrópoles contemporâneas, mais que em qualquer época anterior da história, constituem elos de uma rede múltipla, com inúmeras conexões materiais e virtuais, razão pela qual o equacionamento de seus gargalos implica a posta em prática de planos e políticas capazes de articular outras escalas territoriais, intermunicipais (metropolitanas), regionais e, sobretudo, nacionais.

O que não implica necessariamente a criação de estruturas institucionalizadas de autoridade – de evidente dificuldade política na esfera metropolitana (Lefèvre, 2009) –, mas a promoção de arranjos abertos e multiescalares. Reconhecer a primazia urbana para, por exemplo, a sobrevivência de quantidades sempre maiores de pessoas, com significativa proporção de imigrantes pobres, leva à admissão da irreversibilidade desse fato, pois as cidades constituem a única alternativa para abrigar a crescente população mundial e uma hipotética alternativa rural intensiva levaria a um desastre ecológico sem precedentes. Semelhante reconhecimento, porém, não deve obscurecer a necessidade de forjar redes urbanas mais humanas e sustentáveis, atenuando os malefícios que a ocupação desordenada acarreta. E tal constatação conduz, obrigatoriamente, a questionar a forma como a sociedade ocupa seu planeta, explora seus recursos e se relaciona com seus semelhantes.

Em resumo: sem poder público, sem Estado nacional, carentes de políticas regionais efetivas, articuladas e capazes de conduzir processos consistentes de descentralização, os planos de desenvolvimento local não passam de meros paliativos, exercícios de *wishful thinking*, não raro geradores de desapontamentos e frustrações, ou conducentes a rápidos incrementos no valor do solo, premiando os vencedores de sempre nas disputas fundiárias. Não há saída ante os crônicos problemas sociais, econômicos e ambientais, típicos das atuais cidades globais, em qualquer porção do planeta, sem alterações de fundo na organização econômica e na configuração do espaço geográfico, direcionadas a uma distribuição mais equânime dos frutos do trabalho social, a uma efetiva desconcentração

das oportunidades de trabalho e renda e dos padrões locais das atividades produtivas e da população no globo. Num plano mais restrito, as reformas devem atingir as políticas urbanas e regionais, incapacitadas, hoje em dia, de incorporarem concepções territoriais abrangentes e de traduzi-las em políticas de infraestrutura econômica e social compatíveis com a perspectiva universalizante de nossa época.

## Brasil: a concentração urbana de São Paulo

O Brasil – e a região metropolitana de São Paulo, em particular – sofreu em profundidade os impactos das políticas de ajuste macroeconômico aplicadas no país a partir do início da década de 1980. Os planos de austeridade incidiram fortemente sobre uma estrutura produtiva diversificada e integrada, erigida de forma contínua, com decidido apoio estatal, entre 1930 e 1970. Nesse período, a atualização histórica do país foi rápida, em termos internacionais, e resultou em incremento demográfico, expansão e diversificação do consumo, elevação dos níveis de renda e difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada. No plano regional, a pesada herança colonial de desigualdades foi reproduzida nas novas condições, com a região Sudeste – e, em parte, a região Sul – se distanciando do resto do Brasil em todos os indicadores de comportamento econômico, geração de empregos e qualidade de vida. A urbanização brasileira seguiu um ritmo acelerado, concentrando gente e recursos em metrópoles e cidades médias, em faixas seletivas do território nacional. O país só

superou, parcialmente, a grave crise das duas décadas finais do século passado na segunda metade dos anos 2000. O Brasil emerge do abalo bastante modificado em relação aos parâmetros vigentes ao longo da maior parte do século XX, tanto na ação do Estado quanto na organização produtiva e na composição social predominante. Nesse quadro, do ponto de vista territorial, ressalta-se a centralidade urbana:

A centralidade do fato urbano, no Brasil contemporâneo, é indiscutível. O urbano se estende para além das cidades grandes e médias, estruturando espaços regionais amplos e diversos. A cidade, *lócus* precípua da organização da vida cultural, sociopolítica e econômica sintetiza a civilização, promove suas dimensões mais estruturantes e tem sua expressão maior na concentração dos meios de produção e criatividade e nas condições privilegiadas para a reprodução coletiva. (Brasil, 2008, p. 49)

O padrão histórico do desenvolvimento brasileiro se deu sempre de maneira muito concentrada, incapaz de valorizar de forma equânime a diversidade regional do país (Pochmann, 2009, pp. 59-69). A partir de 1980, com as políticas de desconcentração produtiva (abandonadas nos anos 1990) e a ênfase exportadora, outras regiões do país ganharam relevância na composição do PIB regional. Em que pese tal fato, a participação de cada região, no período 1996-2006, ainda mostrava nítido predomínio do Sudeste, com mais de 50% do valor total do PIB nacional (IPEA, 2009, p. 402).

Na dimensão propriamente urbana, longe de perderem importância ante os processos associados à globalização, as metrópoles, no Brasil, vivenciam mudanças profundas no seu tecido urbano e produtivo, que reforçam – numa nova configuração – sua polaridade econômica e demográfica. Já vimos que a própria ONU reconhece a primazia dos grandes aglomerados urbanos na economia global de nossa época, resultado dos emergentes vínculos entre o crescimento das cidades e os novos parâmetros da atividade econômica, organizada em sistemas (clusters) regionais (UN-Habitat, 2010, pp. 8-10; para o Brasil, consultar Moura, 2009). A Tabela 1, extraída de dados produzidos pelo Observatório das Metrópoles, mostra como os núcleos metropolitanos e, mais ainda, as regiões metropolitanas como um todo, contribuíram com a maior parcela do incremento do PIB e da população brasileira nos anos recentes. Nos 37 grandes aglomerados urbanos do país reside aproximadamente 45% da população (75 milhões de pessoas) e se concentra 61% da renda nacional (Ribeiro et al., 2009). Ressalte-se que a hipertrofia urbana provoca muitas distorções, cuja correção ou atenuação exige ações concertadas nos níveis macrorregional e nacional. Tanto no Brasil quanto no mundo, o fenômeno da agregação territorial de amplos espaços urbanos extrapola os limites das antigas delimitações metropolitanas, provoca o inchaço periférico e agrava a segregação socioespacial.

Tabela 1 – Brasil: metrópoles, população, incremento e PIB

Tipo de município	População (em milhões)			Contribuição para o incremento		Taxa de crescimento		PIB (R\$ milhões)				
	1991	2000	2007	91-00	00-07	91-00	00-07	PIB 2000	%	PIB 2005	%	Aum. %
Polos metropolitanos	31,9	35,9	39,1	17,7	22,6	1,3	1,2	336	30,5	449,2	33,2	33,7
Metrópoles	53,0	63,4	70,2	45,0	48,8	2,0	1,5	566,5	51,4	720,1	53,3	27,1
Total do Brasil	146,8	169,8	183,7	100,0	100,0	1,6	1,1	1101,3	100,0	1.351	100,0	22,7

Fonte: Censos Demográficos IBGE e IPEADATA, apud Ribeiro et al., 2009.

Em especial, a metrópole de São Paulo assiste à transformação acelerada de seu tradicional status econômico-industrial na direção de uma polaridade não somente econômica, mas marcadamente política, administrativa e cultural. Seu crescimento vertiginoso no século XX, resultado da intensa acumulação fordista (em seguida ao auge cafeeiro) que marcou boa parte do período, teve nos planos urbanísticos e viários das décadas de 1930 e 1940, bem como na implantação da indústria automobilística na região do ABC, na segunda metade da década seguinte, decisivos pontos de inflexão. Contudo, a capital paulista, desde os anos 1990, firmou-se como centro prestador de sofisticados serviços corporativos e financeiros. É o polo hegemônico de uma rede urbana, estadual, nacional e subcontinental que multiplica centros regionais subsidiários, dotados de crescentes atributos econômicos, sociais e culturais, em áreas nas quais a metrópole dominante não mais tem condições ou interesse de capitalizar para si.

Por sua vez, não há que se descurar a gravitação do setor financeiro e das atividades a ele agregadas no conjunto do sistema

econômico – marca registrada da atual globalização – e a correlação desse fenômeno, mais a desregulação geral e o consumo de luxo que lhe são inerentes, com a informalidade e a precarização das atividades produtivas de baixo valor agregado. Nesse sentido, a RMSP é um microcosmo da presente fase da economia global, pela concentração de suas principais manifestações em um mesmo território.

Além do componente financeiro e das políticas recessivas e liberalizantes aplicadas pelo governo brasileiro nos anos 1980 e 1990, a recente trajetória de São Paulo reflete a opção das empresas tecnologicamente mais avançadas e com maior coeficiente de agregação de valor, fortalecendo a concentração ocupacional e da produção nas regiões sul e sudeste do Brasil. Referimo-nos a indústrias, intensivas em capital, de material elétrico e de comunicações, de material de transporte, química, de informática e de papel, entre outras. Para elas, o que conta é a proximidade dos mercados consumidores, o acesso a melhor infraestrutura e a mais alta qualificação dos trabalhadores, por isso a preferência da maioria delas por localizar-se nas cercanias da capital paulista. Isso

vale também para o setor de serviços (como os complexos educacionais e de saúde) e o comércio atacadista. Empreendimentos produtivos mais tradicionais e intensivos em mão de obra – como as indústrias têxteis, de alimentos e de calçados – percorrem o caminho inverso, de desconcentração produtiva, rumo a outras regiões do país.

O evidente processo de terciarização de São Paulo (que ocorre em outras metrópoles do mundo), assim, não pode ser interpretado de maneira simplista, como prova de desindustrialização, pois, no segmento de serviços, importância maior deve ser creditada aos serviços de natureza empresarial ligados à esfera produtiva. O crescimento do terciário avançado na metrópole paulista deve-se, em boa medida, à base industrial existente e aos vínculos que a economia do conhecimento estabelece com a chamada economia real. São novos nexos empresariais dependentes de fluxos de informação produzidos nos núcleos (lugares) mais avançados da economia. A desconcentração industrial relativa ocorrida nas últimas décadas no Brasil – que impactou a região metropolitana de São Paulo (RMSP) – seguiu um padrão hierárquico fundado no grau de inovação e dinamismo; isto é,

[...] quanto mais moderna e dinâmica for a atividade em questão, maior a sua probabilidade de permanecer – ou até se reconcentrar – na região correspondente à Macrometrópole Paulista, formada pela RMSP e por seu entorno. (Abdal, 2009, p. 55)

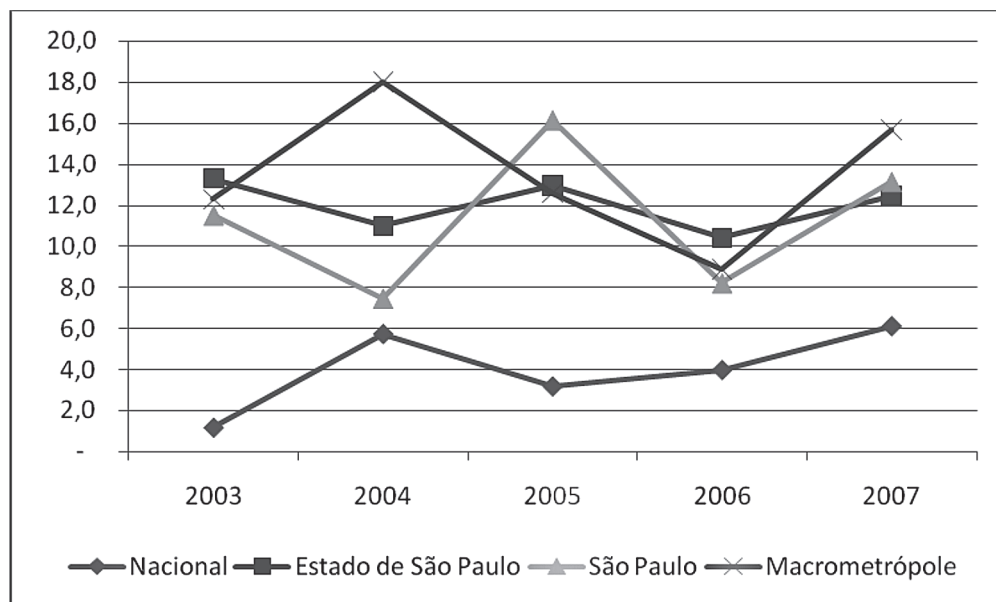
Na RMSP, o processo de intensa reestruturação produtiva, acelerado a partir dos anos 1990, gerou um profundo impacto territorial, mas não fez desaparecer a centralidade

industrial da cidade e da região. A maior parte das indústrias se transferiu pra um raio de 150 km ao redor da capital paulista, metrópole expandida na qual o essencial dos estímulos econômicos do país se localiza. Esse espaço geoeconômico integrado, no entorno da metrópole, constitui o centro da produção industrial paulista e

[...] expande seu território produtivo às regiões circunvizinhas, formando um complexo territorial que responde por 40% da produção industrial do país e por 90% da estadual, porcentagem que se mantém constante desde os anos 70. (Matteo, 2008, p. 190)

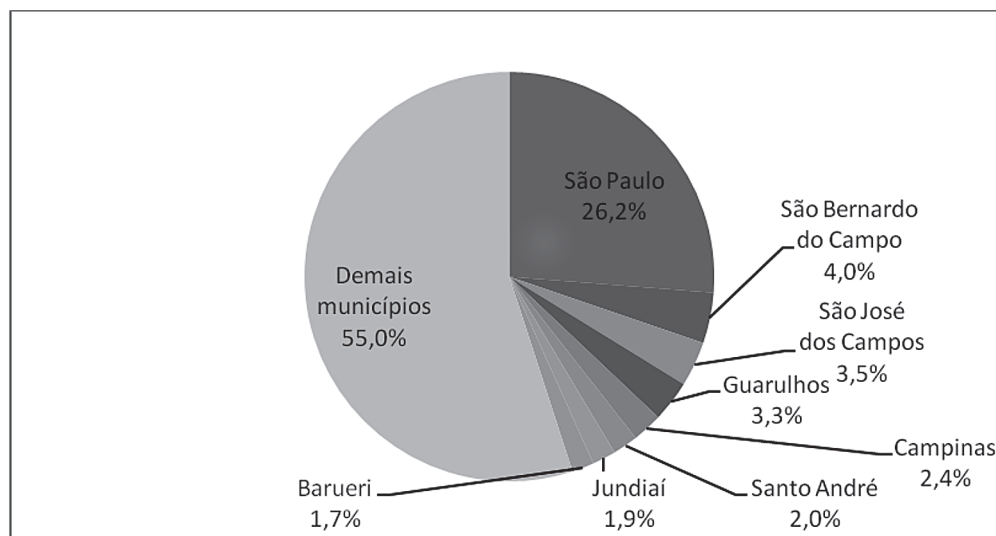
Os vínculos econômicos da metrópole com o restante do país se densificam e diversificam, mas em praticamente todos eles São Paulo reforça seu papel de comando sobre a rede urbana nacional (IBGE, 2008). Evidência dessa condição é o *hub* aéreo dos aeroportos de Guarulhos e Congonhas, de dimensão nacional e subcontinental, embora sua capacidade operacional se veja ameaçada pela saturação na infraestrutura de atendimento a passageiros e carga. Os Gráficos 1, 2 e 3 dão mostras do desempenho da capital paulista e do aglomerado a que chamamos, aqui – imprecisamente –, de “macrometrópole” de São Paulo (municípios selecionados, de maior relevância econômica e demográfica), uma densa área produtiva e populacional que responde pela maior parcela do crescimento do PIB no país e do valor adicionado da indústria e dos serviços. Neles percebe-se que a região mais dinâmica do país reage favoravelmente – a rigor, lidera – movimentos de origem macroeconômica de retomada do crescimento, o que se

Gráfico 1 – Crescimento do PIB (var. %)



Fonte: IBGE (2009). Elaboração própria.

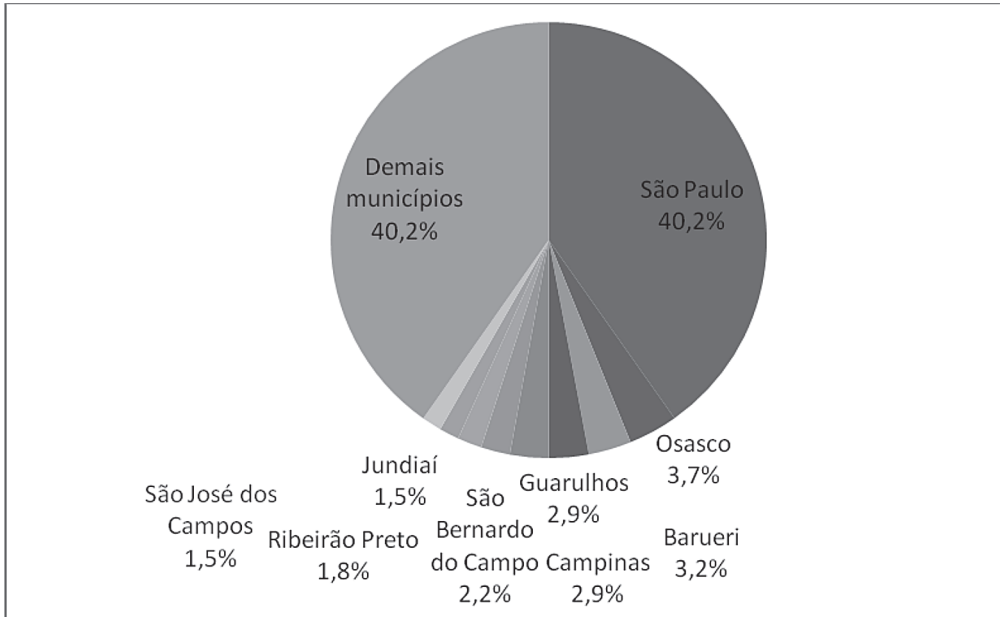
Gráfico 2 – Participação dos municípios no valor adicionado na indústria  
Estado de São Paulo – 2007



Fonte: IBGE (2009). Elaboração própria.



Gráfico 3 – Participação dos municípios no valor adicionado dos serviços  
Estado de São Paulo – 2007



Fonte: IBGE (2009). Elaboração própria.

traduz em indicadores superiores à média do país e na liderança dos setores mais modernos da economia, isto é, a indústria e os serviços a ela ligados.

Desse modo, a centralidade da RMSP se renova, assentada em diferenciada base econômica, ao tempo em que também multiplicam seus crônicos problemas. São negatividades que contrastam com o extremo dinamismo econômico e cultural. Equacionar esse dilema, como vimos, não depende só dela, mas de outros fatores que lhe são exógenos, embora não refratários à sua influência. Exige uma nova política regional no país, conjugada com os objetivos maiores do desenvolvimento nacional (Diniz, 2009). Um importante estudo publicado pelo governo federal brasileiro em 2008 reconhece essa necessidade e propõe a eleição de

29 polos de desenvolvimento urbano-regional, nos quais projetos de investimento e políticas públicas seriam priorizados, com o objetivo de construir uma rede policêntrica de cidades no Brasil e alcançar, desse modo, uma organização territorial futura mais desconcentrada e equilibrada no país (Brasil, 2008). Na medida em que os problemas associados à gestão metropolitana ultrapassam a capacidade dos governos locais e a criação de um quarto ente federativo (governos metropolitanos) revela-se incongruente, do ponto de vista político e administrativo, cabe às instâncias estaduais e ao poder central a efetivação de uma política nacional de desenvolvimento regional, cuja aplicação territorializada exige a ampla participação e negociação com os municípios envolvidos.

O que queremos deixar assentado, por fim, é o inegável viés polarizador da metrópole nas condições da economia brasileira e mundial contemporâneas, pautadas pela predominância do trabalho imaterial, dos nexos informacionais presidindo a atividade produtiva e no papel das grandes cidades mundiais como núcleos de comando, produção e difusão de mensagens. Milton Santos resume bem essa particularidade da capital paulista:

Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenômeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. (2008, p. 59)

## Considerações finais

A maioria dos pesquisadores urbanos na atualidade concebe as cidades como a escala relevante na qual os atributos globais da economia mundial contemporânea são concebidos e materializados. Daí, muitos deles – e as entidades internacionais que absorvem esse conhecimento acumulado – derivam prescrições para o que seriam ótimas políticas públicas urbanas, capazes de alcançar sustentabilidade socioambiental, combater o aquecimento global, lograr inclusão social e governança democrática, bem como garantir crescimento com justiça social. Na realidade, o âmbito econômico, político e social das metrópoles contemporâneas (as “megacidades”) continuamente transcendem

os limites da jurisdição municipal, usualmente referenciados ao centro da cidade-núcleo (*downtown city core* ou *central business district*). Estes têm sido o ponto focal dos estudos tradicionais de economia urbana.

Isso significa que as políticas urbanas das grandes cidades precisam se desdobrar, na concepção e na prática, em políticas metropolitanas e regionais, conectadas com estratégias nacionais, as quais constituem requisito fundamental que tem sido de algum modo negligenciado nos debates sobre problemas urbanos. Nesses termos, o modelo de cidades globais carece de uma perspectiva de transformação social – em um sentido amplo – devido a sua exclusiva concentração no núcleo das atuais mudanças urbanas conectadas com as hegemônias globais. Adotar uma abrangente visão territorial, mais extensiva e integrada, permite incorporar, por exemplo, padrões alternativos de uso do solo, vinculados a novas configurações socioeconômicas, resultantes dos efeitos da reestruturação produtiva e dos investimentos em infraestrutura na competitividade de uma região.

Arraigados interesses de classe, de cunho patrimonialista, usualmente se opõem a essas transformações tão necessárias, no caminho da autêntica sustentabilidade, a um tempo econômica, social e ambiental. A eles se agrega, hoje, a união de interesses entre o capital financeiro e o imobiliário. Constituem forças historicamente associadas a privilégios que impedem, por exemplo – no caso do Brasil –, a adoção de reformas tributárias capazes de respaldar estruturas políticas mais igualitárias e mecanismos de financiamento compatíveis com a dimensão dos problemas. Mas essas forças terão que ser enfrentadas, e

consensos forjados, a partir dos espaços múltiplos locais, utilizando o poder das redes de comunicação eletrônica.

Aqui o setor público assume um decisivo papel, corporificando e instrumentalizando consensos, no sentido de redirecionar os rumos do crescimento urbano e regional. E o Estado nacional, embora profundamente reformulado, detém primazia na coordenação desses processos. É um desafio prioritário. Uma tarefa primordial consiste em reorganizar as malhas urbanas, desconcentrar o crescimento econômico e populacional e repositonar as grandes regiões urbanas como efetivos motores do crescimento econômico inclusivo, promotoras do desenvolvimento regional sustentável. Elas atuarão, aqui, mais voltadas a somar esforços e contribuir com o

desenvolvimento de seus países e regiões (e, por que não, com a economia-mundo à qual estão conectadas) do que exclusivamente com elas mesmas. Significa romper a lógica privatista e de competição urbana predatória até aqui prevalente. Novas estruturas de governabilidade implicam fortalecer a cidadania, assim como reforçar vínculos multiescalares e recuperar o planejamento regional em um arcabouço institucional de compromissos de médio e de longo prazo. As vicissitudes da mudança climática também requerem, como condição de eficácia, estratégias focadas na adequação regional de padrões de uso e ocupação do espaço. Tudo isso constitui um processo de natureza intrinsecamente política, cujas definições cabem à sociedade, seus governos e organizações.

### **Ricardo Carlos Gaspar**

Professor do Departamento de Economia e Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil.  
risgaspar@gmail.com

## **Nota**

(\*) Versão modificada de artigo apresentado no XV Encontro Nacional de Economia Política – Sociedade Brasileira de Economia Política, São Luis, Universidade Federal do Maranhão, de 1 a 4 de junho de 2010.

## Referências

- ABDAL, A. (2009). *São Paulo, desenvolvimento e espaço: a formação da macrometrópole paulista*. São Paulo, Papagaio.
- ABRAMO, P. (2007). *A cidade caleidoscópica: coordenação espacial e convenção urbana: uma perspectiva heterodoxa para a economia urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- ASCHER, F. (2010). *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo, Romano Guerra.
- BRAGA, J. C. (1997). "Financeirização global – o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo". In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis/RJ, Vozes.
- BRASIL (2008). Estudo da dimensão territorial para o planejamento. Volume III: Regiões de referência. Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- BRENNER, N. (2004). *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Nova York, Oxford University Press.
- \_\_\_\_\_ (2009). "A thousand leaves: notes on the geographies of uneven spatial development". In: KEIL, R. e MAHON, R. (eds.). *Leviathan undone? towards a political economy of scale*. Vancouver, UBC Press.
- COMBES, P. P.; MAYER, T. e THISSE, J. F. (2008). *Economic geography: the integration of regions and nations*. Princeton and Oxford, Princeton University Press.
- DINIZ, C. C. (2009). Celso Furtado e o desenvolvimento regional. *Nova economia: revista do departamento de ciências econômicas da UFMG*. Belo Horizonte, v. 19, n. 2.
- FURTADO, C. (2008). *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro, Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado.
- GASPAR, R. C. (2009). *A cidade na geografia econômica global: um panorama crítico da urbanização contemporânea*. São Paulo, Publisher Brasil.
- HARVEY, D. (1996). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Loyola.
- \_\_\_\_\_ (2006a). *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. Londres/Nova York, Verso.
- \_\_\_\_\_ (2006b). *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume.
- IBGE (2008). Regiões de influência das cidades 2007. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- \_\_\_\_\_ (2009). Produto interno bruto dos municípios 2003-2007. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IPEA (2009). *Brasil em desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas*. Vol. 2. Brasília, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- KEATING, M. (2001). "Governing cities and regions: territorial restructuring in a global age". In: SCOTT, A. J. (ed.). *Global city-regions: trends, theory, policy*. Nova York, Oxford University Press.

- KIPFER, S. (2009). "Why the urban question still matters: reflections on rescaling and the promise of the urban". In: KEIL, R. e MAHON, R. (eds.). *Leviathan undone? towards a political economy of scale*. Vancouver, UBC Press.
- KRUGMANN, P. (1991). *Geography and trade*. Cambridge, MIT Press.
- LEFÈVRE, C. (2009). Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos. *Cadernos Metrópole*. São Paulo, v. 11, n. 22.
- LENCIONI, S. (2004). "O processo de metropolização do espaço: uma nova maneira de falar da relação entre metropolização e regionalização". In: SCHIFFER, S. R. (org.). *Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- LLOYD, R. (2007). "Post-industrial bohemia: culture, neighborhood, and the global economy". In: SASSEN, S. (ed.). *Deciphering the global: its spaces, scales and subjects*. Nova York, Routledge.
- LOW, S. e SMITH, N. (orgs.)(2006). *The politics of public space*. Nova York, Routledge.
- MASSEY, D. (2007). *World city*. Cambridge, Polity Press.
- MATTEO, M. (2008). *Alem da metrópole terciária*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Economia da Unicamp.
- MATTOS, C. A. de (2008). "Globalización, negocios inmobiliarios y mercantilización del desarrollo urbano". In: MONTÚFAR, M. C. (coord.). *Lo urbano en su complejidad: una lectura desde America Latina*. Quito, Flacso Ecuador; Ministerio de Cultura del Ecuador.
- MOURA, R. (2009). *Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba*. Tese de doutorado. Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- POCHMANN, M. (2009). *Qual desenvolvimento? Oportunidades e dificuldades do Brasil contemporâneo*. São Paulo, Publisher Brasil.
- RIBEIRO, L. C. de Q.; RODRIGUES, J. M. e SILVA, E. T. (2009). *Esvaziamento das metrópoles e festa do interior?* Disponível em: [www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br)
- SANTOS, M. (2005). *Da totalidade ao lugar*. São Paulo, Edusp.
- \_\_\_\_\_ (2008). *A urbanização brasileira*. São Paulo, Edusp.
- \_\_\_\_\_ (2009). *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo, Edusp.
- SASSEN, S. (2001). *The global city: London, New York, Tokyo*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_ (2006). *Territory, authority, rights: from medieval to global assemblages*. Nova Jersey, Princeton University Press.
- \_\_\_\_\_ (2007a). "Introduction: deciphering the global". In: SASSEN, S. (ed.). *Deciphering the global: its spaces, scales and subjects*. Nova York, Routledge.
- \_\_\_\_\_ (2007b). *Una sociología de la globalización*. Buenos Aires, Katz Editores.
- \_\_\_\_\_ (2010). Cities in today's global age. In: UNESCO 2010. World social science report 2010: knowledge divides. Paris, Unesco; International Social Sciences Council.
- SCOTT, A. J.; AGNEW, J.; SOJA, E. W. e STORPER, M. (2001). "Global city-regions". In: SCOTT, A. J. (ed.). *Global city-regions: trends, theory, policy*. Nova York, Oxford University Press.

SMITH, N. (2008). *Uneven development: nature, capital, and the production of space*. Athens, GE, University of Georgia Press.

TIMBERLAKE, M. (ed.)(1985). *Urbanization in the world-economy*. Orlando, FL, Academic Press.

UNFPA (2007). *Situação da população mundial 2007: desencadeando o potencial do crescimento urbano*. Nova York, Fundo de População das Nações Unidas.

UN-HABITAT (2008). *State of the world's cities 2008/2009: harmonious cities*. Nairobi, UN-Habitat; Londres, Earthscan.

\_\_\_\_\_ (2010). *State of the world's cities 2010/2011: bridging the urban divide*. Nairobi, UN-Habitat; Londres, Earthscan.

Texto recebido em 15/maio/2010

Texto aprovado em 6/set/2010